

PMS	FMLI	CLTIN
BIBLIOTECA		
Jornal		
A Tarde		
Data	21.09.06	
Caderno	Página	
Salvador - BA	05	
Seção		
Assunto BAIRRO		
Vitória		

PATRIMÔNIO | Passeio que está sendo construído no entorno da Igreja da Vitória, área de responsabilidade federal, cria polêmica e prefeitura diz que vai rever licença

Iphan embarga obra na Vitória

MARY WEINSTEIN

mweinstein@grupoatarde.com.br

No meio da rua que fica ao lado da Igreja da Vitória está sendo construída uma nova calçada com um canteiro no meio. A obra tem gerado protestos dos guardadores de carros e até do vigário da Igreja, padre Luiz Simões, porque afeta o trânsito no local: reduziria o espaço para manobra e para estacionamento de veículos.

Não é por isso, no entanto, que a obra vai ser embargada. É que, além de causar essa alteração no cotidiano de quem frequenta a igreja, as festas na Mansão Wildberger ou a Clínica Cato, a construção, autorizada pela Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (Sucom), desrespeita o segundo tombamento nacional provisório da Igreja da Vitória, de 2006.

Como prevê a Lei nº 25, de 1937, no entorno de monumentos tombados, obras – quaisquer que sejam – só podem ser feitas com a autorização do Iphan. E, conforme o chefe da divisão técnica da autarquia federal responsável pela preservação do patrimônio, Leonardo Martins, o Escritório Técnico de Licenciamento e Fiscalização (Etef), sediado no Iphan, não foi consultado.

ALVARÁ – Mesmo sem o conhecimento do órgão nacional, a prefeitura emitiu o “alvará de autorização”, assinado em 3 de agosto de



Autorizada pela prefeitura, construção “passa por cima” de lei federal

2006, pelo superintendente Paulo Roberto de Assis Meireles.

Esta não é a primeira vez que a prefeitura é obrigada a submeter ao Iphan questões relacionadas àquela área. Em 2003, um conjunto de 12 imóveis situados no Corredor da Vitória foi tombado nacionalmente, transformando Salvador em palco de uma polêmica inédita no Brasil.

A Sucom, inclusive, tem sido alvo de um processo judicial movido pelos interessados em construir um prédio no terreno da Mansão Wildberger, próximo à igreja. Diante deste histórico, a Sucom estaria ciente de que não poderia conceder alvarás para

execução de obras na área sem a prévia autorização do Iphan.

“A obra vai ser embargada assim que o superintendente regional da instituição chegar de viagem, porque documentos externos precisam ser assinados por ele”, disse Leonardo Martins.

O subsíndico Mário Ancilon do Edifício Monsenhor Marques, apontado como promotor da obra, diz que “tudo está dentro da lei, de acordo com o Processo nº 28.889 de 2006”. Ele diz que o prédio, situado na Praça Rodrigues Lima, nº 6, Largo da Vitória, construído pelo renomado arquiteto Katsuki, está custeando o serviço – orçado em cerca de R\$ 10 mil –

executado pela própria prefeitura, “com aval da Sucom”.

Ancilon cita o apoio e o consentimento do monsenhor Gaspar Sadoc, que foi o responsável pela Igreja da Vitória por mais de 50 anos. O religioso acha que no lugar sempre havia grande confusão e era a favor da organização por meio da construção do canteiro – mas ficou surpreso ao saber que o Iphan não tinha a obra.

“Mas o Iphan não deu licença, não? Se o Iphan não deu licença, não é problema de estética. É de autoridade. Ali é área de patrimônio. Quando quiseram construir um espigão eu falei para A TARDE sendo contra. Estou falando como leigo, é claro”, acrescentou.

O gerente administrativo da Cato, Pedro Caldas, afirmou que a obra “prejudica porque diminui o número de vagas e dificulta a manobra de circulação”, mas não entrou no mérito do patrimônio.

“A obra será embargada assim que o superintendente da regional assinar todos os documentos externos”, adiantou o chefe da divisão técnica do Iphan, que, ao saber da obra, enviou uma equipe para vistoria.

No final da tarde de ontem, a Sucom informou que resolveu paralisar a obra para “repensar a licença”. Segundo a assessoria, o projeto é proveniente da Superintendência de Engenharia de Tráfego (SET). “Mas que a obra está totalmente legal, está. Por causa do protesto, a Sucom resolveu repensar a obra”, diz a assessoria.